ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, REALIZADA NO DIA TREZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. Ao décimo terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, na Sala de Reuniões Neuza Maria Fiuza de Lima, sede do Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua Dr. Raul de Carvalho, nº 2970, Santos Dumont, conforme convocação prévia, sob a coordenação do Presidente, Antonio Fernando de Araújo, e com a presença da Equipe Técnica, iniciou-se a Reunião Ordinária, com a participação dos conselheiros titulares e suplentes presentes. Aberta a reunião, passaram-se aos informes: **PRIMEIRO INFORME: INFORMES DA MESA DIRETORA – Antonio Fernando de Araujo. Assunto:** Fernando de Araujo, convidou os conselheiros presentes a ocuparem seus lugares para dar início à reunião e solicitou à Secretária Executiva, Bianca Ferraresi, que procedesse à leitura do edital de convocação. Em seguida, Bianca iniciou os informes tratando da atualização do processo eleitoral do Conselho Municipal de Saúde. Informou que as eleições tiveram início em 5 de outubro e que já haviam sido eleitos todos os representantes das entidades dos segmentos dos trabalhadores e dos usuários, bem como os representantes dos usuários pessoas físicas das dez regiões de saúde, sendo cinco titulares e cinco suplentes. Esclareceu que ainda restava a eleição dos representantes dos trabalhadores pessoas físicas, correspondente a três vagas de titulares e três de suplentes. Informou que essa etapa eleitoral ocorreria entre os dias 19 e 22 de outubro, por meio de duas urnas volantes, que percorreriam todas as unidades de saúde do município, conforme cronograma previamente encaminhado às unidades juntamente com o edital. Reforçou que os trabalhadores poderiam votar nas respectivas unidades de saúde ou na sede do CMS, diariamente, das 11h30 às 12h30. Na sequência, apresentou a relação dos candidatos: Deltânia, agente comunitária de saúde; Edenilson, enfermeiro; Elaine, enfermeira; Eli Solange, técnica de enfermagem; Ana Rita, enfermeira; Greziele, auxiliar de enfermagem; Jéssica, agente de endemias; Mário, agente comunitário de saúde; Tiandres, agente comunitário de saúde; Meire, agente comunitária de saúde; Renata, agente comunitária de saúde; e Rosângela, médica. Ao final, o presidente destacou a importância do processo eleitoral como exercício democrático, ressaltando que a votação alcançaria diretamente os trabalhadores nas unidades de saúde, ampliando a participação na escolha dos representantes. **SEGUNDO INFORME: RELATÓRIO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO CMS Nº 4/2026 – Antonio Fernando de Araujo. Assunto:** Dando prosseguimento, Fernando de Araujo relembrou a finalidade da Resolução CMS nº 4/2026, que possui como objetivo dar transparência às atividades desenvolvidas pelo Conselho, demonstrando que sua atuação não se restringe às reuniões ordinárias mensais, mas ocorre continuamente, envolvendo a Equipe Técnica e os integrantes das comissões, entre outras atividades. Na sequência, destacou o recebimento de resposta da Secretaria Municipal de Saúde a um dos ofícios encaminhados pelo CMS, no qual havia sido manifestada preocupação com a proximidade do encerramento dos convênios com a FUNFARME e a Santa Casa. Informou que, em resposta, a SMS reafirmou o compromisso com a continuidade e a manutenção das políticas públicas de saúde desenvolvidas por meio desses convênios. A Secretária Municipal de Saúde, sra. Ligia, solicitou a palavra e reiterou o teor da resposta encaminhada, afirmando que a continuidade dos convênios constituí uma preocupação da gestão municipal. Informou, ainda, que está em andamento tratativas tanto com a Santa Casa quanto com a FUNFARME, com a perspectiva de que as respectivas matérias sejam incluídas na pauta da próxima reunião ordinária. **ORDEM DO DIA. PRIMEIRO PONTO**

DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2026 – Antonio Fernando de Araujo. Assunto: O Presidente submeteu à apreciação a minuta da ata da Reunião Ordinária realizada em 08 de setembro de 2026, indagando aos conselheiros presentes se havia alguma observação ou ressalva ao texto apresentado. Não havendo manifestações ou apontamentos, a matéria foi colocada em votação, por meio de manifestação visual com o crachá. A minuta da ata foi aprovada pelo Plenário. **SEGUNDO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2026 – Antonio Fernando de Araujo. Assunto:** O Presidente submeteu à apreciação a minuta da ata da Reunião Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2026. Não havendo manifestações, a minuta foi colocada em votação, por meio de manifestação visual com o crachá, e aprovada pelo Plenário. **TERCEIRO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA POR DENGUE, CHIKUNGUNYA, ZIKA E OUTRAS ARBOVIROSES – 2026-2028 – Ligia Cavassani. Assunto**: O Presidente passou a palavra à Sra. Andreia, da Vigilância em Saúde, que apresentou o Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Saúde para as arboviroses, referente ao período de 2026 a 2028. Andreia explicou que o objetivo central do plano era prevenir a ocorrência de epidemias e reduzir a morbimortalidade decorrente desses agravos no município, em alinhamento com as diretrizes do Ministério da Saúde e do Estado de São Paulo. Destacou os impactos das condições climáticas associadas ao fenômeno El Niño, que podem acelerar o ciclo reprodutivo do vetor. Esclareceu que o plano estrutura a resposta municipal em três estágios operacionais: mobilização, alerta e situação de epidemia. Em relação ao cenário epidemiológico, informou que, em 2026, o município permanecia dentro do canal endêmico, registrando, até aquele momento, 9.905 casos notificados, 5.143 confirmados e nenhum óbito. Comparou os dados com os anos epidêmicos anteriores, destacando que, em 2024, foram registrados 38.892 casos confirmados e 24 óbitos, enquanto, em 2025, foram 53.076 casos confirmados e 41 óbitos. Ressaltou que a redução dos casos também repercutiu na demanda assistencial. Demonstrou que na Atenção Básica, os procedimentos relacionados à dengue passaram de 27.583, em um total de 3.300.866 procedimentos, em 2024, e 126.859, em um total de 3.535.671, em 2025, para 2.928, em um total de 1.484.990, até maio de 2026. Na Urgência e Emergência, os atendimentos relacionados à doença diminuíram de 103.721, em 2024, e 163.195, em 2025, para 8.479 no mesmo período de 2026. Quanto à circulação viral, explicou que a epidemia de 2025 havia sido marcada pela cocirculação dos sorotipos DENV-2 e DENV-3, com 707 e 1.089 isolamentos, respectivamente. Em 2026, entretanto, verificava-se a circulação exclusiva do sorotipo DENV-3, com 26 isolamentos confirmados a partir da Semana Epidemiológica 8, mantendo-se uma parcela expressiva da população suscetível. Informou que a positividade laboratorial geral estava em 10,48%, enquanto a positividade do exame RT-PCR era de 6%, índices considerados baixos para o período. Solicitou o apoio dos conselheiros na mobilização para a vacinação de adolescentes de 10 a 14 anos, informando que a cobertura vacinal estava em 59,98% para a primeira dose e em 28,26% para a segunda dose. No âmbito do monitoramento entomológico, destacou que a Avaliação de Densidade Larvária (ADL), realizada em outubro, apontou índice de 1,5%, situado na faixa de alerta, compreendida entre 1,5% e 3%. Ressaltou que aproximadamente 70% a 80% dos criadouros estavam localizados no interior dos domicílios, circunstância que exige a corresponsabilidade da população na prevenção e eliminação dos focos. Apresentou também os

resultados do monitoramento realizado por meio de 309 ovitrampas, instaladas a partir de abril de 2026 em dez áreas de abrangência. Informou que a positividade das palhetas aumentou de aproximadamente 30% para 50%, enquanto a média de ovos por palheta passou de 30 a 40, no início do monitoramento, para 60 a 80, evidenciando o aumento da densidade populacional do vetor. Entre as ações de enfrentamento, governança e inovação previstas, destacou a atuação do Comitê Municipal de Enfrentamento aos Agravos à Saúde Decorrentes de Fatores Ambientais, de caráter intersecretarial; as parcerias com o Poder Judiciário para realização de limpezas judiciais e fiscalização de canteiros de obras; capacitações presenciais e à distância destinadas às redes pública e suplementar; entre outros. Mencionou, ainda, a continuidade da telemedicina, da nebulização e do mutirão "Rio Preto sem Dengue", realizado aos sábados. No campo tecnológico, apresentou ações como as Estações Disseminadoras de Larvicidas (EDLs), iniciadas em março de 2025; o monitoramento de mosquitos alados, em parceria com a USP e a Famerp; e a implementação do Método Wolbachia. Sobre o Método Wolbachia, explicou que o projeto se encontra na fase de comunicação e mobilização social e abrange aproximadamente 156.000 a 157.000 habitantes. A estratégia consiste na soltura, durante seis meses, de mosquitos Aedes aegypti portadores da bactéria Wolbachia, denominados "Wolbitos", provenientes da biofábrica de Ribeirão Preto. Esclareceu que a finalidade é substituir gradualmente a população de mosquitos selvagens por indivíduos incapazes de transmitir dengue, zika, chikungunya e febre amarela, sem prejuízo da continuidade das medidas tradicionais de eliminação de criadouros e bloqueio químico. Na sequência, Andreia detalhou que a implantação da tecnologia abrange áreas específicas, contemplando os bairros Caic, Santo Antônio, Vila Mayor, Central, Estoril, Maria Lúcia, Renascer, Cidade Jardim, Vila Elvira e São Francisco. Esclareceu que o projeto tem duração inicial de seis meses, ao término dos quais serão avaliados os resultados e a sustentabilidade da população de mosquitos com Wolbachia. Informou que a implantação será precedida de ações de mobilização e engajamento social, incluindo divulgação de materiais educativos e orientações à população. Ressaltou que os mosquitos denominados Wolbitos não devem ser confundidos com os mosquitos transgênicos utilizados em outra tecnologia, uma vez que o método não envolvie alteração genética do Aedes aegypti, mas a introdução de uma bactéria naturalmente presente em diversas espécies de insetos. Afirmou que a bactéria não representa risco de infecção às pessoas, pois permanece no interior das células do mosquito e não é transmitida pela saliva durante a picada. Acrescentou que a metodologia já é utilizada em alguns países e municípios e foi incorporada pelo Ministério da Saúde como estratégia de controle do vetor e prevenção das arboviroses. Em relação aos custos, informou que o Ministério da Saúde está financiando a disponibilização dos mosquitos, com investimento estimado em cerca de R$ 2 milhões. Esclareceu que, nas áreas contempladas pela tecnologia Wolbachia, as EDLs serão realocadas para outras regiões, adequando as estratégias de controle vetorial e ampliando os benefícios para o município. A conselheira Reginalda manifestou preocupação com a insuficiência de agentes de saúde para assegurar a manutenção periódica das EDLs. Em resposta, Andreia esclareceu que, embora a periodicidade recomendada pelo Ministério da Saúde seja de 30 dias, o limite técnico para a substituição é de aproximadamente 60 dias. Afirmou que o município está observando esse intervalo máximo. Após os esclarecimentos, o presidente submeteu o Plano de Contingência à votação, sendo aprovado por unanimidade. **QUARTO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO PARA REPASSE FINANCEIRO FEDERAL À ASSOCIAÇÃO**

RENASCER, REFERENTE À HABITAÇÃO DO CER II RENASCER – Ligia Cavassani. Assunto: O Presidente passou a palavra à Sra. Josimara, integrante da área de planejamento da Associação Renascer, para apresentação da matéria, que informou que a proposta se refere à celebração de termo aditivo para prorrogação do prazo do Convênio nº 14/2024. Explicou que a Associação Renascer foi habilitada como CER II, conforme publicação no Diário Oficial de 20/10/2024, tendo o convênio sido firmado em novembro daquele ano para regulamentar o repasse mensal de R$ 189.000,00. Esclareceu que os recursos são transferidos pelo Ministério da Saúde, do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, destinados às ações de manutenção e custeio do CER, que abrange as modalidades de reabilitação física e intelectual. Informou que o convênio vigente se encerra em 31 de outubro de 2026 e que a proposta consiste em prorrogar sua vigência por 24 meses, mantendo-se o repasse mensal. Na sequência, apresentou a composição da equipe do CER, organizada conforme instrução normativa. Informou que a instituição conta com equipe superior ao quantitativo mínimo previsto. Em seguida, passou a palavra à Sra. Ana Flávia, terapeuta ocupacional e coordenadora da reabilitação clínica da Associação Renascer, que apresentou os resultados relativos ao cumprimento das metas de atendimento. Informou que, em Rio Preto, a meta mensal é de 200 atendimentos na modalidade Autismo e 100 na modalidade Física. Para a microrregião, as metas mensais são de 50 atendimentos na modalidade Intelectual, 150 na modalidade Autismo e 100 na modalidade Física. Apresentou os resultados referentes ao período de outubro do ano anterior a setembro do ano corrente. Em São José do Rio Preto, na modalidade Autismo, cuja meta mensal era de 200 atendimentos, foram registrados 264 pacientes atendidos ao longo do período. Na modalidade Física, cuja meta mensal era de 100, foram contabilizados 158 atendimentos. Em relação à microrregião, que abrangia os municípios do DRS, relatou dificuldades para o cumprimento das metas, considerando a dependência dos encaminhamentos realizados pelos respectivos municípios. Informou, por fim, que diante da meta global de 600 atendimentos mensais, foram alcançados 580 atendimentos no período apresentado. Em seguida, não havendo manifestações, o presidente agradeceu às representantes da Associação Renascer e submeteu a matéria à votação, sendo a renovação aprovada por unanimidade. **QUINTO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA A EXECUÇÃO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A ASSOCIAÇÃO RENASCER – Ligia Cavassani. Assunto:** Na sequência, Josimara apresentou o Plano de Trabalho referente às emendas impositivas destinadas à Associação Renascer. Informou que, no exercício de 2026, foram realizadas indicações por três vereadores para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, totalizando R$ 330.000,00. Esclareceu que os recursos foram destinados à aquisição de materiais médico-hospitalares e equipamentos de informática utilizados nas salas de atendimento e pelas equipes multiprofissionais. Informou que o plano contempla, ainda, a aquisição de mobiliários, no total de 256 itens. Ressaltou que os equipamentos contemplarão as áreas de fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e psicologia, tanto por meio da substituição de equipamentos em condições precárias quanto pela aquisição de novos equipamentos ainda não disponíveis na instituição. Ao final, o Presidente, Fernando Araújo, submeteu o Plano de Trabalho à votação, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. **SEXTO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS PARA A APAE – Ligia Cavassani. Assunto:** O Presidente passou a palavra à Sra. Ana Maria, representante da APAE, para apresentação da matéria. Ana Maria

informou que a instituição recebeu recursos de emendas impositivas municipais destinados ao custeio, conforme as indicações dos seguintes vereadores: Luciano Julião, R$ 50.000,00; João Paulo Rillo, R$ 80.000,00; Odélio Chaves, R$ 30.000,00; Pedro Roberto, R$ 50.000,00; Renato Pupo, R$ 120.000,00; e Jonathan Santos, R$ 50.340,05. Explicou que os recursos serão utilizados para custear consultas médicas de neuropediatria destinadas a pacientes de 0 a 17 anos, encaminhados pela rede pública de saúde e que aguardam atendimento na fila do município. Os atendimentos são realizados no consultório da APAE, por neurologista da instituição, sendo 20 consultas mensais, durante 12 meses, para a população do município. Informou que parte dos recursos também será destinada à equoterapia, sendo previsto o atendimento de 18 pacientes por mês, com a realização de 72 sessões mensais, durante o período de 12 meses, com início em novembro. Outra destinação é o atendimento por meio da terapia Snoezelen, realizada em sala multissensorial voltada principalmente a pacientes com Transtorno do Espectro Autista, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde. Nesse caso, estão previstos 14 pacientes por mês e 56 procedimentos mensais. A representante ressaltou que a aplicação dos recursos destinados à APAE pela área da Saúde proporcionaria benefício direto à redução da fila de espera do município. Na sequência, apresentou outra emenda, indicada pela vereadora Márcia Caldas, destinada à aquisição de equipamentos para climatização do refeitório da instituição. Informou que a APAE atende diariamente cerca de 500 usuários e conta com 130 funcionários, e que os climatizadores existentes eram insuficientes para atender às necessidades do espaço. Esclareceu que a proposta contempla a aquisição de cortinas de ar e quatro aparelhos de ar-condicionado de 60.000 BTUs, no valor de R$ 52.822,40, com pequena contrapartida financeira da instituição. Ao final, o Presidente submeteu o Plano de Trabalho à votação, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. **SÉTIMO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO REFERENTE AO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 08/2025, CELEBRADO ENTRE O HOSPITAL ADOLFO BEZERRA DE MENEZES E A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE ÀS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS – Gracio Tomaz Saturno. Assunto:** Fernando Araújo passou a palavra à Sra. Iseia, contadora do Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, para apresentação da matéria. Iseia esclareceu que a proposta se refe a um termo aditivo ao Plano de Trabalho anteriormente aprovado, que contemplava uma nova atividade implantada pelo hospital: o atendimento de consultas pós-alta, realizado em parceria com a rede municipal de saúde, responsável pelo agendamento e encaminhamento dos pacientes à instituição. Relatou que, durante a execução do plano no exercício corrente, aproximadamente 50% dos pacientes agendados compareceram às consultas. Informou que, mesmo diante das tentativas de contato e confirmação dos agendamentos realizadas pelo hospital, o índice de não comparecimento permaneceu elevado, ocasionando a não realização de parte dos atendimentos previstos. Diante desse cenário, apresentou a proposta de prorrogação do convênio por mais um ano, visando possibilitar a conclusão dos atendimentos pendentes no exercício seguinte. Ressaltou que a alteração se restringe ao prazo de execução, uma vez que os recursos já foram recebidos e permanecem investidos, sendo necessário apenas ampliar o período para concluir os agendamentos e as consultas. Na sequência, o Presidente, Fernando Araújo, destacou que a questão do absenteísmo deveria ser discutida conjuntamente com a rede municipal de saúde, uma vez que a ausência dos pacientes demonstra que a oferta de serviços disponibilizada não está sendo integralmente aproveitada pelos beneficiários. Ressaltou a gravidade do problema e

observou que não se trata de situação isolada da instituição. Em seguida, a sra. Daniela explicou que o absenteísmo constituí um problema recorrente, não restrito à execução desse Plano de Trabalho e ressaltou que, na área de saúde mental, há uma variável adicional relacionada às próprias condições dos usuários, considerando que o estado de saúde e a disposição dos pacientes pode representar dificuldades para a frequência às consultas. Esclareceu que uma das alterações propostas nas metas físicas decorre do redimensionamento dos atendimentos diante do índice de absenteísmo identificado, assim, foi mantido o quantitativo de consultas médicas que efetivamente vinha sendo realizado, sendo a diferença complementada com sessões de psicoterapia, considerando a demanda significativa existente no município. Informou que as vagas de psicoterapia estão sendo aproveitadas para atender pacientes encaminhados pelos profissionais da Atenção Primária, tanto na modalidade online, quanto presencialmente. Segundo relatou, essa reorganização vem proporcionando menor absenteísmo e melhor aproveitamento das vagas, permitindo a execução dos recursos. A Secretária Municipal de Saúde Interina, Lígia, acrescentou que as consultas destinadas ao Hospital Adolfo Bezerra de Menezes são agendadas em prazo relativamente curto, mas, ainda assim, apresentam elevado índice de faltas. Informou que, diante do histórico identificado, a Secretaria estuda a criação de uma comissão para tratar do absenteísmo de maneira regionalizada. Relatou que será iniciado um projeto-piloto na região que apresenta o maior índice de não comparecimento, com base em iniciativa adotada pelo Estado que vem apresentando resultados positivos. Ressaltou que a taxa de absenteísmo gera custos elevados para o município. O Presidente destacou que os conselheiros locais poderiam contribuir para o enfrentamento do problema, mediante ações de orientação e conscientização da população nas salas de espera das unidades de saúde. Sugeriu a possibilidade de articulação de um trabalho conjunto com os conselheiros locais, considerando sua capacidade de aproximação com a comunidade. Ressaltou que a oferta de serviços não absorvida pelos pacientes representa um problema que poderia ser evitado. A conselheira Reginalda informou que os agentes comunitários de saúde já realizam atividades de orientação nas salas de espera, abordando, inclusive, o "faltômetro". Explicou que a população também é orientada sobre a existência de um número de WhatsApp pelo qual os pacientes podem comunicar a impossibilidade de comparecimento e, assim, permitir que a vaga seja disponibilizada a outra pessoa. Considerou que a participação dos conselheiros locais pode complementar esse trabalho. Na sequência, o conselheiro João Pérsio manifestou preocupação com o quantitativo apresentado, considerando-o excessivamente elevado. O Presidente reconheceu a expressividade do número e, em seguida, passou a palavra ao conselheiro Horácio, representante da FUNFARME, que também se manifestou sobre o problema do absenteísmo. Relatou que a instituição vem desenvolvendo ações para reduzir as faltas. Explicou que, no início das ações de gestão voltadas ao tema, o índice de absenteísmo era de 22%, e que, após medidas adotadas pela instituição, o índice foi reduzido para 14%. Acrescentou que se trata de um problema observado em âmbito nacional, tanto no SUS quanto na rede privada. Como exemplo, mencionou relatos de profissionais da Unimed, nos quais, de 15 consultas agendadas, cerca de 10 pacientes compareciam. Defendeu a necessidade de um esforço coletivo e da identificação de experiências bem-sucedidas que possam ser adotadas para otimizar a utilização dos recursos, da estrutura física e dos serviços disponibilizados. O Presidente observou que, no serviço público, o problema pode ser agravado pelo tempo de espera entre o agendamento e o atendimento, período em que o paciente pode até mesmo esquecer o compromisso.

Ressaltou que a conscientização da população deveria enfatizar que a ausência injustificada representa desperdício de recursos públicos reservados para aquele atendimento, defendendo que o enfrentamento do absenteísmo seja tratado como causa prioritária. Esgotadas as manifestações, o Presidente submeteu a matéria à votação, sendo aprovada por unanimidade. **OITAVO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PRE 0008/25 JUNTO AO HO REDENTORA COM VIGÊNCIA DE 01/11/2026 À 30/04/2027 – Ligia Cavassani. Assunto:** O Presidente passou a palavra à sra. Camila, representante do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle, da Secretaria Municipal de Saúde, para apresentação da matéria. Camila informou que o contrato com o HO Redentora estava vigente desde o início de 2025 e que seu encerramento está previsto para 30 de outubro de 2026. Apresentou a proposta de prorrogação contratual por mais seis meses, a partir de 1º de novembro de 2026, sem alteração dos valores pactuados. Na sequência, apresentou a Ficha de Programação Orçamentária, esclarecendo que os valores permanecem inalterados. Informou que estão previstos procedimentos ambulatoriais e hospitalares de atendimento oftalmológico, disponibilizados pela instituição por meio da Central de Regulação do município, abrangendo desde os atendimentos iniciais até o acompanhamento dos tratamentos oftalmológicos. Esclareceu que o valor mensal do contrato, com pagamento por produção, é de R$ 147.333,46. O quantitativo previsto corresponde a 3.069 procedimentos ambulatoriais e hospitalares de média e alta complexidade, acrescidos dos procedimentos financiados pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), totalizando 3.270 procedimentos. Ao final, reiterou que a proposta consiste na prorrogação, por seis meses, do contrato já vigente. Não havendo manifestações, o presidente submeteu a matéria à votação, sendo aprovada. **NONO PONTO DE PAUTA: APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PRE 0009/25 JUNTO AO HORA OFTALMOLOGIA COM VIGÊNCIA DE 01/11/2026 À 30/04/2027 – Ligia Cavassani. Assunto**: Na sequência, Camila esclareceu que se trata de contrato de prestação de serviços oftalmológicos, com objeto semelhante ao contrato anteriormente apresentado. Informou que os dois pregões haviam sido realizados conjuntamente e contemplavam os mesmos procedimentos, tendo o objeto sido dividido durante o processo licitatório, cujo resultado foi a contratação de duas empresas: HO Redentora e Hora Oftalmologia. Esclareceu que a matéria se refere ao Contrato nº 009/2025, cuja vigência também se encerra em 30 de outubro de 2026, sendo proposta sua prorrogação por mais seis meses, no período de 1º de novembro de 2026 a 30 de abril de 2027. Informou que o quantitativo previsto é de 3.069 procedimentos e que o valor mensal do contrato corresponde a R$ 118.250,00. Não havendo manifestações, o presidente submeteu a matéria à votação, sendo aprovada. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente sessão ordinária às dezenove horas e trinta minutos. Para fins de registro, consigna-se que a reunião foi gravada em vídeo, constituindo o registro audiovisual suporte para a elaboração desta Ata. Nos termos do artigo 16, §2º, do Regimento Interno, esta Ata será submetida à leitura, discussão, eventual correção e aprovação na próxima reunião ordinária do Plenário. Registra-se que a relação nominal dos conselheiros participantes consta da lista de presença, que integra este documento para todos os fins de direito. E, para constar, eu, Jordan Kamael Pinheiro Silva, Assessor Jurídico do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente Ata.**